

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PROGUEIRO(A) E AUTORIDADE
COMPETENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
NOVACAP**

Ref. ao Procedimento Licitatório Eletrônico n. 22/2022

Processo Administrativo n. 00112-00011839/2022-57

J.F CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ n. 13.556.387/001-09, com sede no Núcleo Rural Casa Grande Chácara 01, R2 MA, Lote 01 A 4, Ponte Alta Norte, Gama, Brasília/DF, CEP 72428-010, vem, muito respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 4º, XVIII, da Lei n. 10.520 de 2002, apresentar, tempestivamente:

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face do Ato Administrativo que habilitou equivocadamente proposta da empresa **TVA CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ/CPF:09.366.582/0001-07**, pelos motivos de fatos e de direito a seguir aduzidos:

I – DOS FATOS:

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, por meio da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal realizou Procedimento Licitatório Eletrônico n. 22/2022, **cujo objeto foi a contratação de empresas de engenharia para manutenção preventiva e corretiva do sistema de drenagem pluvial em todo Distrito Federal**, de prestação continuada, distribuídos em 12 (doze) lotes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Após a etapa de lances, foram convocadas as empresas pela ordem de classificação para avaliação quanto a habilitação das propostas, sendo inabilitada a empresa **URBANA AMBIENTAL CONSTRUCAO EIRELI - CNPJ/CPF:**

07.125.585/0001-15, com isso foi convocada posteriormente a empresa **TVA CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ/CPF:09.366.582/0001-07**, tendo o pregoeiro aceito e habilitada a proposta da referida empresa.

O ato de habilitação, com a *data vênia*, ocorreu erroneamente, tendo em vista que a empresa não cumpriu as exigências descritas no edital, no que diz respeito à sua habilitação técnica quanto ao objeto a ser contratado, bem como irregularidades na formação de consórcio.

Veremos adiante que os atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida não têm relação com o objeto da licitação, de modo que não podem ser aceitos pelo pregoeiro.

Aberta a fase de intenção de recurso, a empresa recorrente se manifestou.

Este é o relato sucinto dos fatos.

II – PRELIMINAR DE MÉRITO:

DA TEMPESTIVIDADE E EFEITO SUSPENSIVO:

Dispõe o Edital de abertura da referida licitação:

13.2 O prazo para interposição de Recurso Administrativo contará a partir da data da publicação no DODF da declaração de vencedora do certame.

13.3 Os recursos serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a declaração da vencedora e contemplarão, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do julgamento da proposta, na forma do Inciso II, letra “a”, do art. 120 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

13.3.1 Os recursos interpostos serão divulgados aos licitantes no dia útil seguinte ao encerramento do prazo estipulado no item 13.3 acima;

13.3.2 Os Licitantes poderão apresentar impugnações aos recursos no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da divulgação mencionada no subitem 13.3.1;

13.3.3 Os recursos interpostos possuem efeito suspensivo até sua decisão final.

O resultado de habilitação foi publicado no Diário Oficial 23/08/2023.

Desta forma, tratando-se de prazo de natureza processual, verifica-se a tempestividade do presente recurso, motivo qual deve ser recebido pela autoridade competente com efeito suspensivo.

III – DO MÉRITO:

DO VÍCIO NA HABILITAÇÃO DA EMPRESA TVA CONSTRUÇÃO LTDA **- CNPJ/CPF:09.366.582/0001-07:**

Sabe-se que o Edital é considerada a lei da licitação, trazendo todos as regras do certame, sendo vinculante tanto aos licitantes como à Administração.

Dispõe assim o edital:

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 A DOCUMENTAÇÃO deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação da licitante arrematante, os documentos abaixo relacionados: OBS: recomenda-se, para facilitar a conferência dos mesmos, que os documentos abaixo indicados sejam numerados sequencialmente, na mesma ordem que se segue:

(...)

9.1.4 Relativamente à Qualificação Técnica: a) Certidão de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou por meio eletrônico/via internet, da sede da empresa licitante, dentro do prazo de validade. Se a empresa CONTRATADA, for de outra praça, no ato da CONTRATAÇÃO deverá apresentar a Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA do Estado de origem, e esta deverá ser obrigatoriamente visada pelo CREA/DF, de acordo com o Art. 69, da Lei 5.194, de 24/12/66 e Resolução nº 265, de 15/12/79 do CONFEA.

(...)

b.2 – Da empresa – capacidade técnica operacional: As empresas PROPONENTES deverão demonstrar sua capacidade técnica operacional comprovando ter executado, a qualquer tempo, obras/serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão(ões) e atestado(s). O(s) atestado(s) para capacidade operativa da empresa deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do licitante, bem como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução nº 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para cada um dos diferentes serviços. Deverá ser comprovada, necessariamente, a execução dos seguintes serviços apresentados nas tabelas abaixo:

(...)

Prevê o Projeto Básico, que diz respeito à qualificação técnica da licitante:

10. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA / COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(...)

10.2 As empresas PROPONENTES deverão demonstrar sua capacidade técnica operacional comprovando ter executado, a qualquer tempo, obras/serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidões(ões) e atestado(s). O(s) atestado(s) para capacidade operativa da empresa deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do licitante, bem como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução nº 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para cada um dos diferentes serviços. Deverá ser comprovada, necessariamente, a execução dos seguintes serviços apresentados nas tabelas abaixo:

(...)

Percebe-se que o Edital e o Projeto Básico deixam claros que a empresa licitante, para que tenha sua proposta habilitada, deverá cumprir os requisitos técnicos, **comprovando, NECESSARIAMENTE, a execução dos serviços que foram exigidos.**

Por oportuno, salienta-se que as execuções dos serviços exigidos eram as seguintes:

Para **TODOS OS LOTES**:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE
1	EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DE D= 400 a 1500 mm	m
2	EXECUÇÃO DE ESCORAMENTO DE VALAS	m ²
3	EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE BUEIRO	m ³

O certame em questão visa a contratação de empresas de engenharia, para execução contínua dos serviços de **manutenção preventiva e corretiva** do sistema de drenagem pluvial em todo Distrito Federal.

É possível observar que a empresa recorrida juntou atestados de capacidade técnica que não observam os requisitos do edital, pois não têm relação com o objeto a ser licitado:

- a) Atestado e Certidão de Acervo Técnico, atestando a execução dos serviços de pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e execução de obras

complementares no Setor Habitacional Ribeirão Porto Rico em Santa Maria – DF;

- b) Atestado e Certidão de Acervo Técnico, atestando a execução dos serviços de manutenção de drenagem pluvial em Taguatinga - DF;
- c) Atestado e Certidão de Acervo Técnico, atestando a execução dos serviços de manutenção de drenagem pluvial em diversos locais de Riacho Fundo I - DF, Candangolândia - DF, Park Way - DF e Núcleo Bandeirante - DF;
- d) Atestado e Certidão de Acervo Técnico, atestando a execução dos serviços de drenagem pluvial em diversos locais de Brasília - DF, Lago Sul - DF, Lago Norte - DF e Varjão – DF;
- e) Atestado de Capacidade Técnica Parcial e Certidão de Acervo Técnico, atestando a execução das obras de implantação do sistema de drenagem, pavimentação e sinalização do Empreendimento Habitacional Riacho Fundo II – DF, 3º Etapa;
- f) Atestado de Capacidade Técnica e Certidão de Acervo Técnico, atestando a execução das obras de drenagem e pavimentação para o trecho denominado “Rota de Fuga”, no Setor de Inflamáveis, no Setor de Indústrias e Abastecimento – SIA - DF;
- g) Atestado de Acervo Técnico, atestando a execução da construção de calçadas, rampas de acessibilidade, passagens de servidão em concreto polido e assentamento de meio fios no Lago Sul - DF;
- h) Atestado e Certidão de Acervo Técnico, atestando a execução, a manutenção e a recuperação de calçadas; em São Sebastião - DF e Jardim Botânico – DF;

Conforme item 9.1.4, b.2, do Edital, as empresas deveriam demonstrar sua capacidade técnica operacional comprovando ter executado os serviços exigidos, o que não é o caso, pois os atestados apresentados pela empresa, não têm qualquer relação com a descrição dos serviços do item 3 (execução de limpeza de bueiro), exigido pelo Edital e pelo Projeto Básico.

Dispõe o texto da Lei n. 8.666/93:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

(...)

II - qualificação técnica;

(...)

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

*II - comprovação de aptidão para desempenho de **atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

(...) (grifo nosso)

Destarte, pela documentação encaminhada pela recorrida é possível observar que a mesma não detém capacidade técnica nos termos dispostos na legislação.

É possível verificar que a empresa encaminhou ao pregoeiro atestados que não atendem integralmente ao exigido na qualificação técnica da empresa, além de não atender ao objeto a ser contratado pelo Procedimento Licitatório Eletrônico n. 22/2022.

Sabe-se que o atestado de capacidade técnica serve para comprovar que a licitante tenha capacidade com o objeto, comprovando **atividade pertinente e compatível com características semelhantes** ao objeto licitado.

É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação de capacidade da licitante, por meio de atestados de capacidade técnico-operacional, que comprovem que a licitante já tenha prestado serviços e fornecido materiais pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993).

Como já exposto, a exigência de comprovação da qualificação técnica, mediante atestados é condição para participação de procedimentos licitatórios, consta no art. 40, inc. II, do Decreto nº.10.024/2019, conforme definição explicitada no art. 30, inc. II, e §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Conforme determinação legal, o ato convocatório da licitação em apreço estabeleceu a necessidade de Comprovação de aptidão da licitante por meio de atestados solicitados no edital.

Reforçamos que os atestados apresentados pela recorrida não se prestam à comprovação da capacidade técnica nos termos expostos no edital, e na legislação vigente, pois não atende à execução dos serviços mínimos exigidos e **não espelha objeto similar ao do pregão em apreço, razão pela qual deve ser a licitante recorrida inabilitada.**

Diante da ausência de atestados de comprovação técnica de fato, não há outro ato pela autoridade competente, que não seja a inabilitação da licitante. Não há direito à

recorrida em se manter no certame, sendo pacificado o entendimento da jurisprudência de que não há direito da empresa se manter no certame com justificativa da sua proposta, se não cumprir os requisitos do edital:

TJ-MG - : 100000030344690001 MG 1.0000.00.303446-9/000(1)

MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - **INABILITAÇÃO DE EMPRESA LICITANTE - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA CONFORME DISPOSIÇÕES EDITALÍCIAS - INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE DO ATO DE DESCLASSIFICAÇÃO** E DE OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO - SEGURANÇA DENEGADA. Na fase da habilitação do procedimento licitatório, a Administração Pública tem o **dever de verificar a aptidão do concorrente** para garantir o cumprimento das obrigações objeto do contrato, sendo analisados, principalmente, os seguintes aspectos: regularidade jurídica e fiscal do licitante, **qualificação técnica** e qualificação econômico-financeira. Se o conjunto probatório dos autos demonstra que foram utilizados critérios objetivos no julgamento da capacidade técnica das empresas licitantes, previstos de forma clara e objetiva no edital, não tendo a impetrante demonstrado, através dos atestados juntados no processo licitatório, o preenchimento dos critérios editalícios, não se há falar em ilegalidade no ato de sua inabilitação do certame e, conseqüentemente, não há direito líquido e certo a amparar a concessão da segurança. **(grifo nosso)**

TJ-PE - Apelação: APL 3186309 PEJurisprudência • Acórdão • Data de publicação: 30/04/2019

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO. **SERVIÇO DE ENGENHARIA. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.** EXPERIÊNCIA PRÉVIA NO DESEMPENHO DE **ATIVIDADES SIMILARES OU CONGÊNERES.** AMPARO NO ART. 30 , II , DA LEI 8.666 /93. EXIGÊNCIA LEGAL. **NÃO COMPROVAÇÃO.** APELO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

(...)

15 - Ademais, com apoio nos ensinamentos de HELY LOPES MEIRELLES (Direito Administrativo Brasileiro, 18ª ed. , pág. 271): "**capacidade técnica** é o conjunto de requisitos profissionais que o licitante apresenta para executar o objeto da licitação(...) . Diante dessa realidade, é lícito à Administração não só a **capacidade** técnico teórica do licitante como a sua **capacidade técnica** efetiva de execução, que se convencionou chamar de **capacidade** operativa real. **Grande parte dos insucessos na execução dos**

contratos administrativos decorre da falta de capacidade operativa real, não verificada pela Administração na fase de habilitação dos proponentes." Precedentes. 16 - Nesse caminhar, temos que, no o caso em deslinde, para se atender aos requisitos dispostos no Edital, mais precisamente no item 5.1.13, **é necessária a apresentação de atestados de realizações anteriores, comprobatórios da qualidade do serviço técnico semelhante ao que ora é objeto da licitação**, o que não restou demonstrado pela empresa licitante, ora apelante.¹⁷ - Como dito, tal exigência se fundamenta na necessidade de que a comissão possa avaliar **a experiência da empresa no ramo**, haja vista as peculiaridades do serviço a ser prestado que se distinguem de outros. Dessa forma, não seria aconselhável que, em execução de serviços de tal porte, se permitisse a concorrência de empresas sem experiência, por afetar a credibilidade do que vai ser executado e a segurança futura.¹⁸ - Apelação Cível a que se NEGA PROVIMENTO. **(grifo nosso)**

TJ-SP - Apelação Cível: AC 10738158220228260053 São Paulo
APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. PROVA DE CAPACIDADE TÉCNICA.

(...) Capacidade técnica, exigida no edital em vista do interesse público, que cumpre ser aferida, no caso concreto, pela prestação de serviços ao menos similares aos do objeto contratado. Amarras do artigo 30 da Lei 8.666/93. (...) Ausência de demonstração da capacitação técnica própria nos termos exigidos no edital ao tempo da expedição do ato administrativo impugnado. Ilegalidade do ato administrativo impugnado não aferida. Desfecho de origem preservado.

Ainda, sabe-se que o procedimento licitatório utilizou o menor preço por lote como critério de julgamento, sendo, portanto, escolhida aquela com o preço mais vantajoso para a administração pública, isso diz respeito ao preço da contratação.

In caso, a Administração não poderá contratar a empresa habilitada com a justificativa do preço exclusivamente, pois a mesma não tem capacidade para entrega do objeto licitado.

Caso não haja a reconsideração do ato de habilitação, a Administração (além do ato contrário a legislação) está à mercê de empresa que não tem qualquer expertise com o objeto licitado.

É fato incontroverso que a Legislação e o Edital de Licitação preveem EXPRESSAMENTE que a apresentação da habilitação técnica deverá ser sobre o objeto

da contratação, sendo indevida a habilitação da empresa TVA CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ/CPF:09.366.582/0001-07.

Em caso de documentação que não atenda às exigências legais, o licitante será inabilitado por vinculação ao instrumento convocatório, perdendo o direito de participar das fases subsequentes.

Com a devida *Vênia* novamente, o pregoeiro se equivocou ao analisar os documentos anexos à proposta da recorrida.

Assim, a Recorrida deve ser inabilitada pois se utilizou de documentação que não comprova sua capacidade técnica para referida contratação e por não atender à documentação exigida, não podendo se valer de documentos estranhos ao objeto licitado como meio de comprovar capacidade técnica que não detém de fato.

A recorrida não tem experiência com manutenção **corretiva e preventiva** de bueiros, em resumo, o que seus atestados demonstram é que a mesma tem experiência com a construção de “bocas de lobo”.

Construção e manutenção, preventiva inclusive, podem parecer similares para quem não detém conhecimento do objeto licitado, porém sabemos que tecnicamente um não tem qualquer relação com o outro.

A manutenção preventiva e corretiva de bueiros é uma medida que tem como fundamento evitar transtornos e acidentes, em especial nos períodos chuvosos, de modo que o objeto da contratação visa efetivamente a manutenção do sistema de drenagem pluvial em todas as regiões administrativas do Distrito Federal.

Pelo estudo do projeto básico, vemos que o sistema de drenagem DF, compreende bocas de lobo, ramais de ligação e galerias de águas pluviais, implantados na área urbana de Brasília e cidades satélites, os quais necessitam de continuada manutenção para evitar alagamentos e obstrução por desconexão dos ramais.

Faz-se necessária que a empresa que irá executar o serviço licitado tenha expertise na manutenção desse tipo de objeto e não a sua construção, pois a rotina no DF dessas bocas de lobo ocasiona por si mesma obstruções, de modo que o serviço será voltado à manutenção preventiva e corretiva desses bueiros, algo que a empresa TVA CONSTRUÇÃO LTDA não tem comprovação nos autos.

A licitação em si surge da necessidade de se evitar que o sistema de drenagem do DF entre em colapso, seja localizado e ou regionalizado.

A manutenção da licitante TVA CONSTRUÇÃO LTDA como vencedora, diante da sua falta de capacidade técnica para o objeto licitado, poderá ocasionar acidentes e prejuízo ao erário, em decorrência da má prestação do serviço.

O projeto básico e o edital da licitação trazem a justificativa para que a empresa vencedora junte atestados de capacidade técnica que tenham relação direta com o objeto licitado, de modo a evitar riscos em razão do desempenho de atividade, não tendo a TVA capacidade técnica comprovada para tal prestação de serviço.

Ainda podemos observar que a empresa habilitada não comprovou atestados no limite mínimo indicado no edital, qual seja: 8.316,00 metros cúbicos de limpezas de bueiros e dispositivos de drenagem.

Impõe-se assim a inabilitação da Recorrida em face da apresentação de documentação que não tem relação com o exigido e com o objeto do certame, pois manter a habilitação da recorrida **viola o princípio da vinculação ao edital, razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade e da proposta mais vantajosa para a Administração.**

DO VÍCIO NA FORMAÇÃO DO CONSÓRCIO DRENAGEM—DF e CONSÓRCIO DRENAR CTQ — TESCON:

Dispõe a Lei 8.666/1993:

Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

I - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital;

III - apresentação dos documentos exigidos nos arts. 28 a 31 desta Lei por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexistente este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;

IV - impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;

(...)

(grifo nosso)

Vemos que a legislação traz as condições para que empresas consorciadas possam participar de determinada licitação.

Por sua vez, prevê o Edital do certame:

6.2 A participação de consórcios será admitida mediante a apresentação do compromisso, por instrumento público ou particular, de constituição do consórcio subscrito pelos representantes legais das empresas consorciadas, do qual deverão constar, em cláusulas específicas, a indicação da participação de cada empresa, e suas obrigações, e a designação da empresa líder do consórcio, que será a responsável perante a NOVACAP pelo cumprimento dos compromissos assumidos na proposta e no futuro contrato, sem prejuízo da responsabilidade solidária da(s) outra(s) empresa(s) consorciada(s) e a submissão incondicional às regras da licitação.

(...)

6.4 A empresa licitante ou consórcio deverá estar organizado e ter condições para exercer todas as tarefas técnicas e administrativas exigidas para o desempenho das atividades, além de ter condições plenas de alocar facilidades, bem como pessoal qualificado próprio em todos os níveis exigidos, no momento em que for necessário.

(...)

6.7.3 as empresas ou associações consorciadas deverão apresentar o Termo de Compromisso por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, subscrito pelas consorciadas, discriminando os poderes de representação de cada consorciada no procedimento licitatório eletrônico, na contratação e na execução do contrato, e a constituição e o registro do consórcio para assinatura do contrato, de acordo com os termos do compromisso firmado;

6.7.4 quando o consórcio for constituído por empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá OBRIGATORIAMENTE a uma empresa brasileira, observado o disposto no item 6.7.1 acima;

Analisando a instrução do procedimento licitatório vemos vício no Relatório SEI-GDF n.o 3/2023 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP , qual entendeu pela inexistência de irregularidade na formação dos consórcios, indo de encontro à legislação e instrumento convocatório.

A lei estabelece que a regra é a disputa individual de empresas na licitação, porém, quando admitida a participação de consórcios, deve ser observado o disposto no art. 33 da Lei 8.666/93, o que não foi respeitado *in caso*.

Para o consórcio tenha legitimidade é necessário que o mesmo seja submetido a registro na Junta Comercial, nos termos do parágrafo único do art. 279 da Lei nº 6.404/76:

Art. 279. O consórcio será constituído mediante contrato aprovado pelo órgão da sociedade competente para autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, do qual constarão: [\(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

- I - a designação do consórcio se houver;
 - II - o empreendimento que constitua o objeto do consórcio;
 - III - a duração, endereço e foro;
 - IV - a definição das obrigações e responsabilidade de cada sociedade consorciada, e das prestações específicas;
 - V - normas sobre recebimento de receitas e partilha de resultados;
 - VI - normas sobre administração do consórcio, contabilização, representação das sociedades consorciadas e taxa de administração, se houver;
 - VII - forma de deliberação sobre assuntos de interesse comum, com o número de votos que cabe a cada consorciado;
 - VIII - contribuição de cada consorciado para as despesas comuns, se houver.
- Parágrafo único. O contrato de consórcio e suas alterações serão arquivados no registro do comércio do lugar da sua sede, devendo a certidão do arquivamento ser publicada.

Do mesmo modo dispõe a Instrução Normativa nº 74/98 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC):

- Art. 3º O contrato de consórcio, suas alterações e extinção serão arquivados na Junta Comercial do lugar da sua sede, devendo ser apresentada a seguinte documentação:
- I - Capa de Processo/Requerimento;
 - II - contrato, alteração ou distrato do consórcio, no mínimo, em três vias, sendo pelo menos uma original;
 - III - decreto de autorização do Presidente da República, no caso de consórcio de mineração;
 - IV - comprovante de pagamento do preço do serviço;

É nítido o equívoco da Administração ao entender que não houve irregularidade dos consórcios terem cadastrados suas propostas sem todas as formalidades da sua constituição.

A formalização de termo de compromisso e constituição com data posterior a abertura da licitação vão de encontro a legislação.

O art. 33, § 2º, da Lei n. 8.666/93 possibilita que o licitante vencedor apresente constituição e o registro do consórcio até a celebração do contrato, porém **nos termos do compromisso**.

Como avaliar o registro do consórcio ante aos requisitos legais, se o termo de compromisso tem data posterior à abertura da licitação?

Os institutos não se confundem, o que a lei faculta que o licitante consorciado operacionalize até a assinatura do contrato a sua constituição e não o termo de compromisso, pois este é exatamente a base para os demais documentos. Quanto ao termo de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, este é documento essencial para participação do consórcio no certame em si, necessitando estar devidamente assinado até a data do cadastramento da licitante, a fim de evitar fraudes.

IV – DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, requer à Vossa Senhoria o recebimento do presente Recurso Administrativo e, no Mérito, que seja Julgado **TOTALMENTE procedente**, gerando a consequente **inabilitação e desclassificação** da proposta da empresa recorrida TVA CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ/CPF:09.366.582/0001-07, por não ter comprovado sua habilitação técnica, conforme exigência editalícia, bem como a convocação da empresa subsequente na ordem de classificação das propostas, para apresentação de documentação de habilitação e demais fases pertinentes ao procedimento licitatório.

Requer ainda, a desclassificação das empresas URBANA AMBIENTAL CONSTRUCAO EIRELI EPP, CONSORCIO DRENAGEM-DF composto pelas empresas: CENTRAL ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA e GW CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e CONSCRCIO DRENAR CTQ — TESCON composto pelas empresas: CONSTRUTEQ CONSTRUCOES TERRAPLENAGENS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA e TESCON ENGENHARIA LTDA nos termos apresentados neste instrumento recursal.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

Brasília-DF, 30 de agosto de 2023

FERNANDO COSTA MILHOME DA SILVA
REPRESENTANTE LEGAL